



### EDITORIAL

## Deve ser prorrogado até 31 de Julho o prazo de recepção das candidaturas dos Agricultores Prováveis prejuízos são da responsabilidade do MADRP

Tal como a CNA e outras Organizações Agro-Rurais têm vindo a salientar, abrirá tarde a campanha de recepção das novas candidaturas dos Agricultores às Ajudas da PAC, quer sejam elas no âmbito do RPU, Regime de Pagamento Único, quer sejam no âmbito do PRD, Programa de Desenvolvimento Rural.

Normalmente, o prazo para estes dois tipos de candidaturas deveria decorrer entre o início de Fevereiro e 15 de Maio, tendo sobretudo em conta os prazos dos “regulamentos” europeus para o sector. Entretanto, tal como o actual processo ainda está – e por exclusiva responsabilidade do INGA/IFAP e do MADRP – o início efectivo da recepção destas candidaturas, provavelmente, só vai começar em meados de Abril!...

De facto, para esta campanha, o Ministério da Agricultura e o INGA/IFAP em particular, cegos perante os factos e surdos perante os argumentos das Organizações Agro-Rurais, impuseram um novo sistema informático, o iDIGITAL, “on-line” – o “SIMPLEX” para o sector que degenerou em “COMPLEX”... – para através dele se processar as candidaturas, mas fizeram-no sem ter em conta as dificuldades objectivas da mudança e sem, antes, testarem o novo sistema.

O resultado é já o de “queimar” os prazos regulamentares para recepção das candidaturas e não haver garantias de que o novo sistema funcione eficazmente.

Perante esta realidade, a CNA reafirma a necessidade do MADRP / Governo obterem, junto da Comissão Europeia, a prorrogação do prazo para

a recepção de candidaturas (RPU e PDR) até 31 de Julho.

Reafirma-se que esta preocupante situação – em que estão em causa na ordem de 600 milhões de Euros em várias Ajudas aos Agricultores – é da exclusiva responsabilidade do MADRP e do Governo, pelo que as Organizações e os Agricultores devem ser indemnizados pelos mais do que prováveis prejuízos.

Por isso, a CNA também não pode deixar de se indignar e de refutar recentes afirmações do actual Ministro da Agricultura que, agora, procura vir responsabilizar as Organizações Agro-Rurais pela situação que o MADRP criou, e que criou por ter ostensivamente ignorado as opiniões e avisos ponderados que as mesmas Organizações têm vindo a fazer ao INGA/IFAP desde Dezembro.

*O Executivo da Direcção Nacional da CNA*



### DESTAQUES

- Organizações de Ambiente e de Agricultura afirmam que o PDR é *Uma oportunidade desperdiçada nos Fundos Comunitários*

### CADERNO TÉCNICO

- Análise ao Subprograma – 3 “Dinamização das Zonas Rurais” do Programa de Desenvolvimento Rural

## Organizações de Ambiente e de Agricultura afirmam que o PDR é: *Uma oportunidade desperdiçada nos Fundos Comunitários*

No passado dia 29 de Março, várias Organizações de Ambiente e de Agricultura, entre elas a CNA, divulgaram, em Conferência de Imprensa conjunta, a sua posição sobre o PDR - Programa de Desenvolvimento Rural.

Esta iniciativa, que teve lugar na sede da Liga para a Protecção da Natureza, em Lisboa, fez saber, que estas Organizações consideram este PDR, "Uma oportunidade desperdiçada nos Fundos Comunitários".

No documento de três páginas pode-se ler, que a "proposta do MADRP para o PDR não serve a agricultura, o ambiente e o desenvolvimento rural integrado em Portugal".

Entre os vários argumentos mencionados ao longo do documento, justificativos desta posição, está a desajustada alocação de verbas públicas (comunitárias e nacionais) para os vários eixos, como seja, a atribuição de quase metade das verbas ao Eixo 1 "promoção da competitividade" e a concentração do investimento público em grandes projectos, com especial destaque para o regadio do Alqueva.

Na opinião das organizações signatárias, estas opções irão "descurar, mais uma vez, a preservação do ambiente e da paisagem rural, a produção de alimentos de boa qualidade alimentar, a defesa da biodiversidade e a ocupação activa do território com a fixação das populações no meio rural".

O documento termina, com os signatários a exigirem ao MADRP:

1º – Uma "revisão profunda da proposta de PDR, no sentido de reforçar financeira e territorialmente o Sub-programa 2, de modo a disponibilizar instrumentos que permitam às populações rurais cumprir a missão pública de gerir o território, proteger o solo, a água e a biodiversidade.

2º – Uma valorização, no âmbito do Sub-programa 1, do apoio aos projectos colectivos e individuais que valorizem a produção múltipla de bens e serviços agro-florestais, não discriminando os de pequena e média escala, porque em última análise é este tipo de incentivos que mantém a ocupação de todo o território".



## Mas, "certificar" o quê? Para quê? Para quem? À custa de quem? Quem paga?

*Por João Dinís*

Em Portugal, deu subitamente em moda a "certificação" de produtos agro-alimentares, moda que está em vias de se expandir para as madeiras e não só. E de tal forma assim foi e é, que Portugal até regista o maior índice de "certificações" em toda a União Europeia, situação que, a nosso ver, não merece que dela nos orgulhemos assim tanto... Basta ver, com atenção, o que se passa (ou passará...) com tanta "certificação" concentrada em algumas regiões (em alguns concelhos...) do nosso País...

Sem ousar pôr directamente em causa a justeza de todas essas "certificações", e a genuinidade de cada Produto, contudo é preciso aferir, muito melhor, da justeza e da justiça do sistema de certificação, globalmente considerado.

É que, em última análise e andem lá por onde andarem, estas "descobertas" - mais ou menos tecnocráticas e com objectivos propagandísticos - de muitas das "certificações", em última análise, tendem para transformar os verdadeiros Agricultores em meros produtores de matéria-prima - e barata - para a agro-indústria e para o agro-comércio, portanto para o "negócio" agro-alimentar.

Actualmente, já no quadro do PDR, Programa de Desenvolvimento Rural, 2007-2013, as futuras "certificações" obrigatórias para os Produtos/ Produções obtidos em sistemas das medidas Agro-Ambientais, essa "certificação" obrigatória vai servir para atirar para uma base de produção (quase) clandestina, os pequenos e, até, os médios Agricultores, e também já serve de pretexto para eliminar muitas ajudas públicas importantes para as Explorações Agrícolas Familiares.

E, entretanto, quem "certifica" e quem paga por isso??...

Como atrás se disse, a "moda" está a chegar à "certificação" das madeiras, na Floresta. Também aqui se pode apostar já, "singelo contra dobrado", que o resultado final desse processo vai dar na manutenção, **em baixa, dos preços da grande parte da madeira, na mata ou fora desta...**

Ou seja, perante o resultado final destes processos todos, pode até dizer-se que, do ponto de vista socio-económico dos Agricultores/Produtores, os sistemas das "certificações" geram uma verdadeira injustiça para não lhe chamar de fraude.

Injustiça/fraude que tende para espoliar os Agricultores/Produtores tradicionais do seu património e do seu "saber fazer" ancestrais de que a agro-indústria e o agro-comércio se estão ilegitimamente a apropriar.

Um sistema que, em geral, os consumidores também acabam por pagar caro para proveito de "alguns", aliás nem sempre muito escrupulosos...



A futura "certificação" da madeira pode servir de pretexto para manter os preços em baixa acentuada

## Bioetanol... Biodiesel... Bio quê?

*Por João Vieira*

Mas, *bio* porquê? Como? Ou, simplesmente *AGRO*combustível...tanto faz.

Actualmente o BIO está na moda, por tudo e por nada. Porém, o modelo produtivista, intensivo e “empresarial”, segue imparável através de todas as decisões da política agrícola. Veja-se a fatia de leão destinada aos alegados “competitivos no âmbito do chamado PDR, Programa de Desenvolvimento Rural ( 2007 – 2013). Ao mesmo tempo, vão empurrando para a falência a Agricultura de rosto humano, que sempre produziu de acordo com a natureza (mais bio não poderia ser!). Sim, geração após geração, os Agricultores foram transmitindo a terra e a água limpa, até à chegada do grande saque organizado no quadro daquilo a que se chama a “Revolução Verde”, que se traduziu na concentração / eliminação de milhares de Agricultores, pela negação de preços remuneradores e com a sua substituição pela “subsídio-dependência”.

Com mais ou menos escândalos alimentares ou ambientais, o modelo de produção imposto desde há 50 anos pela CEE / UE, apesar de tudo, destinava-se à alimentação humana e animal.

Eis-nos agora chegados a um tempo bem diferente: a utilização de produtos agrícolas, já não só para alimentar humanos e animais, mas também para alimentar os depósitos de combustível...

Ora, uma tal situação suscita muitas interrogações... e muitas perguntas ainda não têm resposta.

Há quem afirme que é uma oportunidade para os Agricultores. Mas será que é mesmo uma oportunidade, sabendo nós da precária condição do Agricultor quando subordinado à agro-indústria, (ou ao agrocomércio); sabendo nós que o Agricultor não decide o preço da matéria-prima (alimentos) que produz e que esse preço lhe é imposto quase sempre em baixa?...

Então, a primeira pergunta é: qual é o preço à produção (remuneração) por esta matéria-prima agrícola agora destinada aos depósitos de combustível dos automóveis, para que isso possa constituir uma oportunidade para os Agricultores?

O que nós sabemos desde já, e vem confirmar as nossas apreensões, é que, no dia 2 de Outubro de 2006, cento e cinquenta produtores franceses de beterraba se manifestaram diante da sede de “Saint Louis Sucre”, em Paris, por motivos de um litígio quanto ao preço da beterraba destinada à produção de etanol. A empresa açucareira fixou o preço a 19 € a tonelada e recusou negociar com os produtores de beterraba que reclamavam 22 € a tonelada.

Esta fuga para a frente, em última análise serve para satisfazer as necessidades de um modelo irracional de transportes rodoviários que transporta, sem necessidade estrutural, mercadorias a longa distância. É esse modelo irracional que tem que ser posto em causa, antes de se desviar os produtos agrícolas da sua função primária que é alimentar as populações. A concorrência estômago / depósito de combustível pode tornar-se insustentável. Aliás, não é certamente por acaso que o preço internacional do Milho disparou no mercado e, em consequência, também está a subir muito o preço do Pão para as pessoas comerem...

Em todo o caso, em Portugal, a euforia nesta fileira balbuciante deve ser comedida tendo em conta as nossas necessidades alimentares que estão longe de estar satisfeitas.

E, para terminar, não se deixem iludir pela publicidade enganosa do *BIO*combustível, pois, afinal, não será *BIO* assim tanto como certa propaganda quer fazer crer!...



# Análise ao Subprograma - 3 “Dinamização das Zonas Rurais” do Programa de Desenvolvimento Rural

*Por José Miguel*

## Introdução

Este artigo tem por objectivo dar conhecimento, de uma forma resumida, do conteúdo do Subprograma 3 – “Dinamização das Zonas Rurais”, do PDR – Programa de Desenvolvimento Rural.

O Subprograma 3, insere-se nos objectivos dos Eixos 3 e 4 definidos no FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e que são, respectivamente, Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural e a Abordagem LEADER.

O Subprograma 3 está desenvolvido, todo ele, segundo a abordagem de desenvolvi-

mento local denominada de LEADER, que é por demais conhecida dos anteriores Quadros Comunitários.

QCA I – LEADER	1991 a 1993
QCA II – LEADER II	1994 a 1999
QCA III – LEADER +	2000 a 2006
QCA IV – LEADER	2007 a 2013

Por uma questão de facilidade de entendimento e de comparação com LEADER + do anterior QCA – Quadro Comunitário de Apoio, neste documento irá falar-se sempre de LEADER, ao invés, de Subprograma 3.





**A abordagem LEADER, para os próximos 7 anos, engloba assim 6 medidas, dividindo-se algumas destas em diversas acções:**

**Medida 3.1** – Diversificação da Economia e Criação de Emprego

Acção 3.1.1 – Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola

Acção 3.1.2 – Criação e Desenvolvimento de Microempresas

Acção 3.1.3 – Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer

**Medida 3.2** – Melhoria da Qualidade de Vida

Acção 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural

Acção 3.2.2 – Serviços Básicos para a População Rural

**Medida 3.3** – Aquisição de Competências e Animação para o Desenvolvimento Local

**Medida 3.4** – Implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local

**Medida 3.5** – Cooperação LEADER para o Desenvolvimento

Acção 3.5.1 – Cooperação Interterritorial

Acção 3.5.2 – Cooperação Transnacional

**Medida 3.6** – Funcionamento dos Grupos de Acção Local, Aquisição de Competências e Animação

A abordagem LEADER assenta essencialmente nos GAL – Grupos de Acção Local, actualmente 46, e que foram criados pelos anteriores Programas LEADER's com o objectivo de melhorar a capacidade organizacional das respectivas comunidades.

Os GAL irão funcionar como organismos intermédios de gestão das verbas que estão destinadas ao LEADER, orientados pelos Planos de Desenvolvimento Local – PDL, entretanto por si elaborados.

Nos GAL podemos encontrar entidades públicas e privadas, dos mais variados âmbitos, o que quer dizer que a CNA e suas Associadas também poderão estar aqui presentes.

O território alvo da abordagem LEADER e das suas ajudas, são as zonas rurais, que

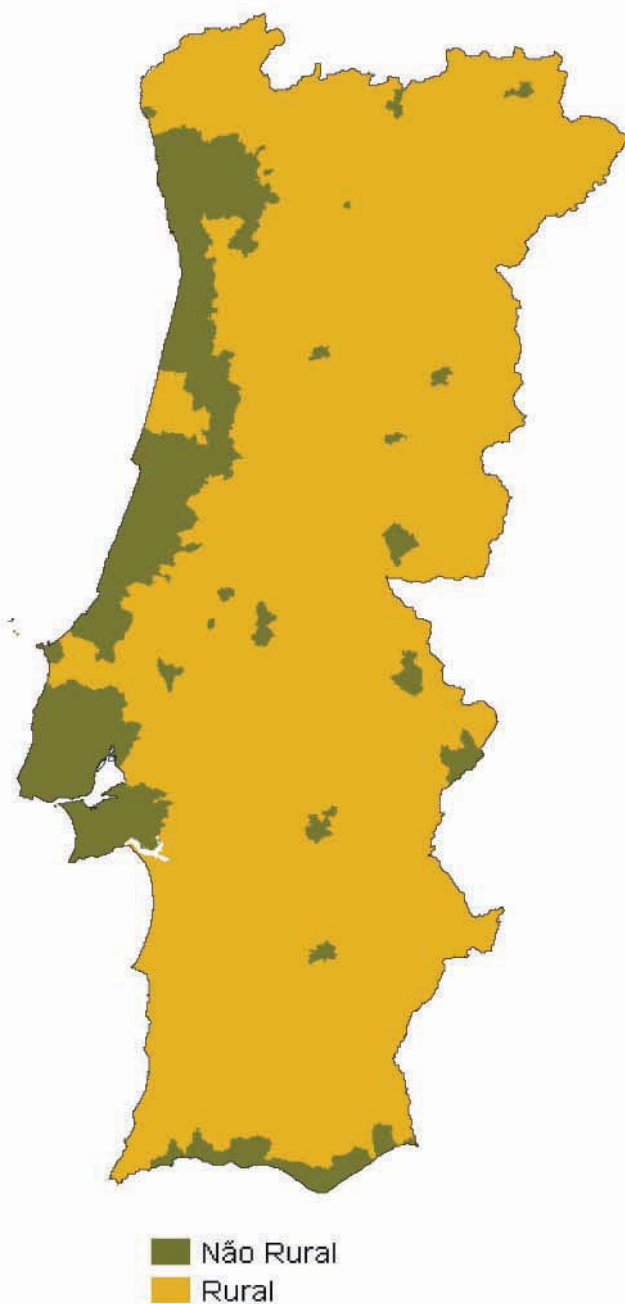
compreendem 2.857 freguesias de um total de 4.037 do Continente.

Estes territórios rurais caracterizam-se por baixos índices de desenvolvimento económico e social, baixa densidade de empresas na indústria e serviços e menor dinâmica de investimento, tendo, por outro lado, uma forte identidade cultural expressa através do património construído e de usos e costumes.

Os novos critérios e metodologias utilizados na definição destas zonas, para este PDR, acabou por afastar desta classificação várias freguesias que anteriormente beneficiavam do LEADER + e que agora não irão beneficiar do novo LEADER. Tal situação tem sido alvo de alguma contestação.



## Delimitação da Ruralidade de Portugal Continental



### Financiamento

O LEADER representa 10,5% do total da contribuição do FEADER para o PDR (363.406.500,00 € num total de (3.468.079.378,00 €) o que é de facto significativo e constitui um

aumento da importância desta abordagem na atribuição dos Fundos Comunitários em relação ao anterior QCA.

Comparando o financiamento previsto pelo FEOGA Orientação ao LEADER + (2000/2006), com o que está estabelecido pelo FEADER para o LEADER (2007/2013), existe uma subida de 121%.

Já quanto ao Financiamento Nacional, apesar de subir, não acompanha o aumento do Financiamento Comunitário, ficando-se por uma subida de 47%, face ao anterior período.

Por outro lado e se tivermos em conta a totalidade do investimento, ou seja, investimento público + investimento privado, a realizar através da abordagem LEADER no período de 2007 a 2013, e o comparamos com o inves-



timento total programado para o LEADER +, vamos concluir que o investimento previsto para estes próximos 7 anos sobe 209%, ao invés, dos 121% mencionados anteriormente.

Tal, deve-se às taxas de co-financiamento público dos projectos que, de uma forma geral, diminuem em muito (no LEADER + a percentagem

de investimento privado era de 17% do total de investimento, no LEADER 2007/2013, ela anda por volta dos 46%).

O resultado é que o Financiamento Privado do LEADER sobe assim cerca de 755% ou seja 7,5 vezes mais do que no anterior QCA (ver quadro – Valores Programados).

### Valores Programados

	TOTAL INVESTIMENTO	%	PÚBLICO FEOGA/FEADER	%	PÚBLICO NACIONAL	%	PRIVADO	%
<b>LEADER + (2000/2006)</b>	271 625 507,00	100%	164 453 735,00	61%	63 126 456,00	23%	44 045 316,00	16%
<b>LEADER (2007/2013)</b>	839 196 464,00	100%	363 406 500,00	43%	92 423 778,00	11%	383 366 186,00	46%
<b>AUMENTO</b>	309%		221%		146%		870%	

Valores em Euros

### Programação Financeira por Medida/Ação

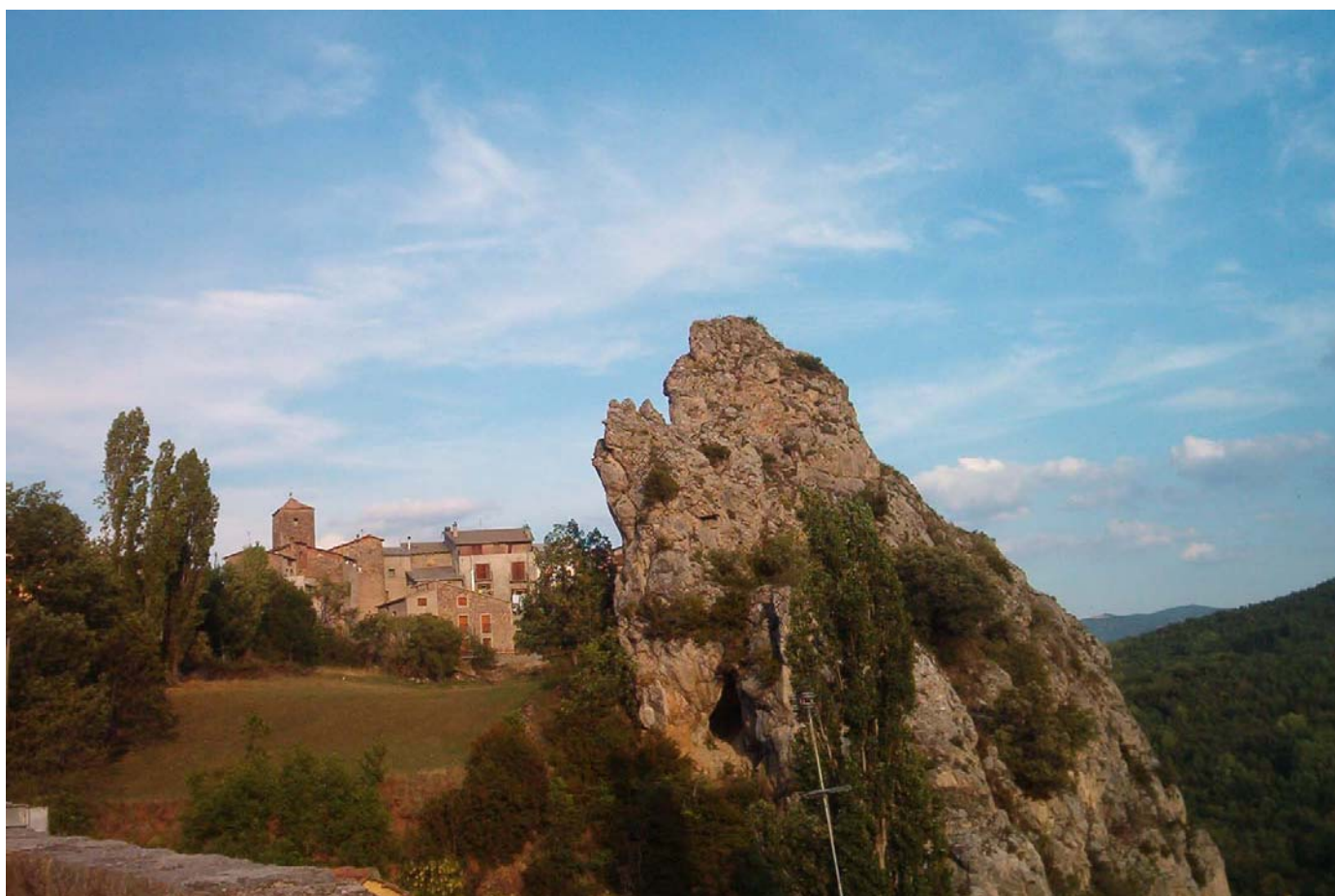
Medidas/Ações		Investimento Total	Contribuição Privada	Contribuição Nacional	Contribuição FEADER
3.1.	<b>Diversificação da Economia e Criação de Emprego</b>	<b>588 685 007</b>	<b>334 339 368</b>	<b>254 345 639</b>	<b>202 506 500</b>
	3.1.1. Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola	129 053 379	67 753 024	61 300 355	48 806 500
	3.1.2. Criação e Desenvolvimento de Micro Empresas	316 090 195	183 332 313	132 757 882	105 700 000
	3.1.3. Desenvolvimento de Actividades Turísticas e de Lazer	143 541 433	83 254 031	60 287 402	48 000 000
3.2.	<b>Melhoria da Qualidade de Vida</b>	<b>144 019 904</b>	<b>45 424 883</b>	<b>98 595 021</b>	<b>78 500 000</b>
	3.2.1. Conservação e Valorização do Património Rural	62 799 377	25 119 751	37 679 626	30 000 000
	3.2.2. Serviços Básicos para a População Rural	81 220 527	20 305 132	60 915 395	48 500 000
3.3.	<b>Aquisição de Competências e Animação para o Desenvolvimento Local</b>	<b>22 607 776</b>	<b>0</b>	<b>22 607 776</b>	<b>18 000 000</b>
3.4.	<b>Implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
3.5.	<b>Cooperação LEADER para o Desenvolvimento</b>	<b>20 933 125</b>	<b>8 373 250</b>	<b>12 559 875</b>	<b>10 000 000</b>
	3.5.1. Cooperação Interterritorial	18 421 150	7 368 460	11 052 690	8 800 000
	3.5.2. Cooperação Transnacional	2 511 975	1 004 790	1 507 185	1 200 000
3.6.	<b>Funcionamento dos Grupos de Acção Local, Aquisição de Competências e Animação</b>	<b>68 325 722</b>	<b>0</b>	<b>68 325 722</b>	<b>54 400 000</b>
<b>Totais</b>		<b>844 571 534</b>	<b>388 137 501</b>	<b>456 434 033</b>	<b>363 406 500</b>

Tendo em conta estes dados, importa referir os seguintes aspectos:

Em primeiro lugar e apesar de existir mais dinheiro público para o LEADER, o Governo não foi além das percentagens mínimas de afectação da verba total do FEADER a que estava obrigado pela Comissão Europeia, para os Eixos 3 e 4;

Em segundo, a percentagem de co-financiamento público de cada projecto será muito menor face ao LEADER +.

Em terceiro, este menor co-financiamento público terá inevitavelmente reflexos na capacidade de aproveitamento destes Fundos Comunitários, principalmente para quem detenha menores condições financeiras.




---

## **Objectivos/Apoios de cada Medida/Acção**

---

### **Medida 3.1 – Diversificação da Economia e Criação de Emprego**

#### **Acção 3.1.1 – Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola**

Esta Acção visa apoiar o desenvolvimento de outras actividades não agrícolas, integradas, no entanto, na própria exploração, como seja, actividades ligadas ao agroturismo, actividades pedagógicas, actividades de lazer, actividades de transformação de produtos agro-pecuários, etc.

#### **Acção 3.1.2 – Criação e Desenvolvimento de Microempresas**

Esta Acção visa apoiar a criação de microempresas nas zonas rurais.

#### **Acção 3.1.3 – Desenvolvimento de Acti- vidades Turísticas e de Lazer**

Esta Acção visa apoiar as actividades turísticas e de lazer, como sejam:

A criação de produtos turísticos ligados às áreas da caça, da pesca, da saúde, da actividade equestre, etc;

A criação de alojamento turístico de pequena escala;

A criação de pequenas infra-estruturas de apoio ao turismo, tais como, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos, etc.

### **Medida 3.2 – Melhoria da Qualidade de Vida**

#### **Acção 3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural**

Esta Acção visa apoiar a preservação do património rural construído, refuncionalizar edifícios para actividades ligadas à preservação e valorização da cultura local e, ainda, preservar e recuperar práticas e tradições culturais.

#### **Acção 3.2.2 – Serviços Básicos para a População Rural**

Esta Acção visa apoiar a criação de serviços nas zonas rurais nas áreas do apoio à infância, apoio a idosos e deficientes, apoio a novos

residentes e ainda de serviços de animação cultural e recreativa.

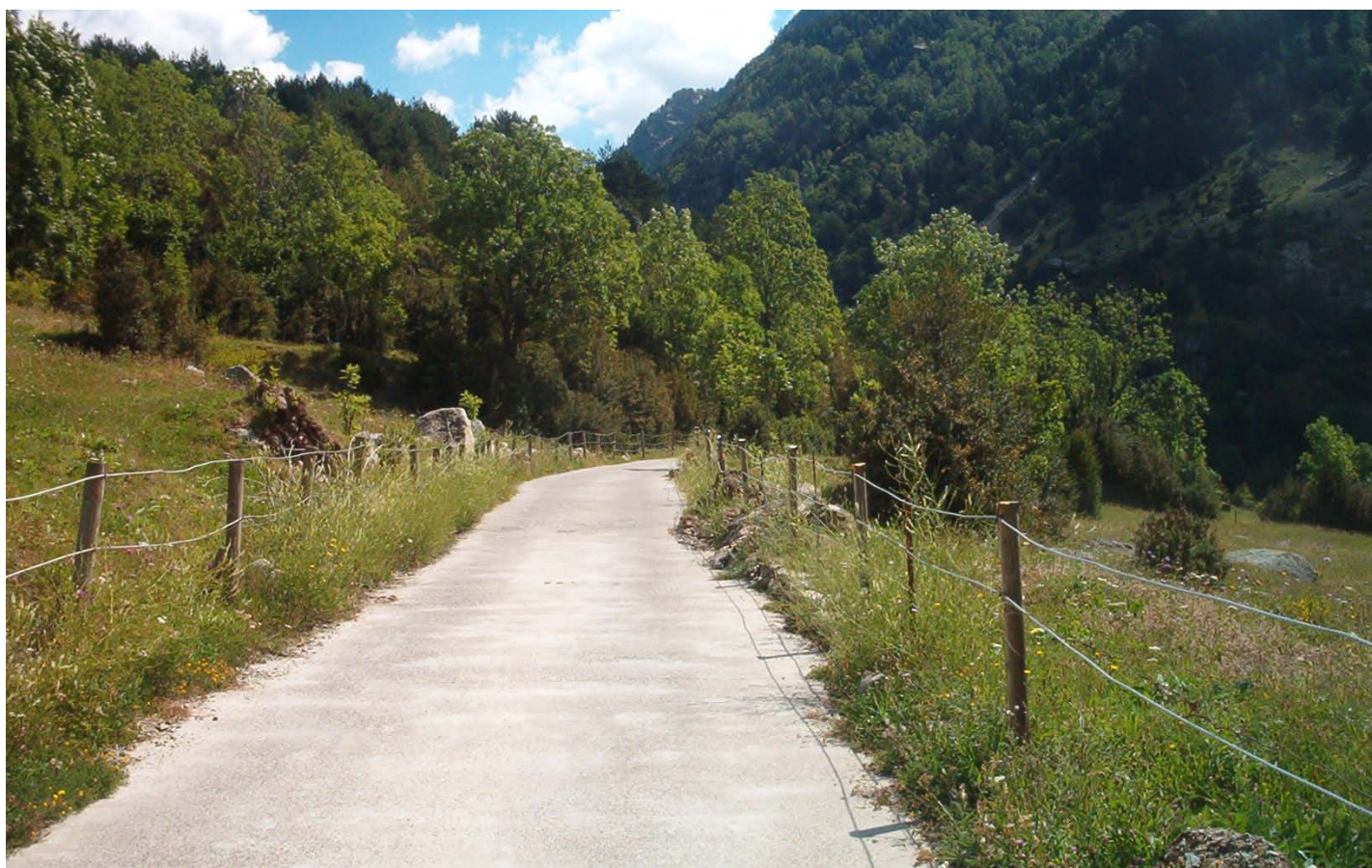
### **Medida 3.3 – Aquisição de Competências e Animação para o Desenvolvimento Local**

Esta medida visa dotar os parceiros dos GAL de instrumentos e competências e, por outro lado, divulgar a estratégia de desenvolvimento local junto do público alvo.

### **Medida 3.4 – Implementação de Estratégias de Desenvolvimento Local**

Esta medida “congrega” os apoios especificados nas Medidas 3.1, 3.2 e 3.3 e que terão os GAL como organismos intermédios de gestão das verbas que lhes estão destinadas.





### **Medida 3.5 – Cooperação LEADER para o Desenvolvimento**

#### **Acção 3.5.1 – Cooperação Interterritorial**

Esta Acção visa promover projectos de cooperação entre diferentes territórios rurais do espaço nacional.

#### **Acção 3.5.2 – Cooperação Transnacional**

Esta Acção visa apoiar projectos de cooperação entre diferentes territórios rurais nacionais com países terceiros, sejam eles, pertencentes ao espaço da UE ou não.

### **Medida 3.6 – Funcionamento dos Grupos de Acção Local, Aquisição de Competências e Animação**

Esta Medida mais não faz do que financiar os GAL, suportando a 100% as despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços e a sua formação interna, enquanto órgãos intermédios de gestão e de animação do território.



# CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

## PLANO DE FORMAÇÃO - 2007

1º Semestre

Destinado a Técnicos Agrícolas

ACÇÃO DE FORMAÇÃO	N.º Horas	Local de Realização	Período de Realização (*)	Destinatários	Condições Necessárias
PLANTAS AROMÁTICAS, MEDICINAIS E CONDIMENTARES	35	COIMBRA	9 A 18 DE MAIO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS OBTIDOS EM MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO	48	COIMBRA	10 A 23 DE MAIO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
BEM ESTAR ANIMAL	35	COIMBRA	24 A 30 DE MAIO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
DISTRIBUIÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	77	COIMBRA	16 MAIO A 27 JUNHO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO AGRÍCOLA	105	PORTO	MAIO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
PRODUÇÃO INTEG. DE HORTÍCOLAS - FAMÍLIA DAS ROSÁCEAS	39	COIMBRA	15 JUNHO A 2 JULHO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
POTENCIALIDADES DOS RECURSOS NATURAIS NO MUNDO RURAL	60	COIMBRA	JUNHO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
PLANEAMENTO DA EMPRESA AGRÍCOLA	70	COIMBRA	3 JUNHO A 26 JULHO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
PRODUÇÃO INTEGRADA DE HORTÍCOLAS - FAMÍLIA DAS APIÁCEAS	39	COIMBRA	JUNHO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
PRODUÇÃO INTEG. DE HORTÍCOLAS - FAMÍLIA DAS CUCURBITÁCEAS	39	COIMBRA	9 A 27 DE JULHO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA - ARCGIS	60	COIMBRA	JUNHO/JULHO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
CONTROLO DA GESTÃO AGRÍCOLA	35	COIMBRA	22 29 AGOSTO	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
PRODUÇÃO INTEGRADA DE HORTÍCOLAS - FAMÍLIA DAS LILIÁCEAS	39	COIMBRA	A DESIGNAR	Técnicos	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados

(\*) sujeito a confirmação

NOTA: AS FICHAS DE INSCRIÇÃO DEVEM SER ENVIADAS ATÉ 15 DIAS ANTES DO INÍCIO DA ACÇÃO, ACOMPANHADAS DE CURRÍCULUM E RESPECTIVOS DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS.

INSCRIÇÕES:



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA

RUA DO BRASIL, 155 - 3030 - 175 COIMBRA



239 70 89 60



E-mail: [form.profissional@cna.pt](mailto:form.profissional@cna.pt)

Url: [www.cna.pt](http://www.cna.pt)



239 71 53 70



Ministério da Agricultura,  
do Desenvolvimento Rural  
e das Pescas



## 17 de Abril: onze anos depois...a impunidade continua

A 17 de Abril, completam-se 11 anos sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido ao sul do Pará, que marcou a história do Brasil e ganhou repercussão internacional.

Na chacina, 19 trabalhadores rurais, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram assassinados.

Sob ordens do então governador do estado, 155 polícias das cidades de Parauapebas e Marabá, comandados pelo Major José Maria Pereira e pelo Coronel Collares Pantoja, cercaram as famílias sem-terra que se manifestavam na estrada PA-150.

Ao lado do Massacre do Carandiru (1992) e da Chacina da Candelária (1993), o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996) é considerado como uma das acções policiais mais brutais da história recente do Brasil.

Entre os 144 incriminados, os dois comandantes foram condenados, mas conseguiram recorrer da condenação em liberdade. Ambos os processos estão paralisados nos tribunais superiores.

Em memória deste massacre, o 17 de Abril foi declarado “Dia Internacional de Luta Campesina”, durante a IIª Conferência Internacional da Via Campesina, no México.

Desde então, todos os anos, a data é marcada por acções dos Agricultores e das suas Organizações um pouco por todo o Mundo.

Este ano a Via Campesina e as suas Organizações, definiram como questões principais a reivindicar, as seguintes:

- A exigência do não retomar das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Parar os Tratados de Livre Comércio e os Acordos Económicos de Sociedade em alimentos e agricultura;
- Acabar com o modelo de monocultivo;
- Opor-se às políticas do Banco Mundial de terra e de Desenvolvimento Rural;
- Rejeitar a dominação do G-8.

Os países mais poderosos estão a criar uma ordem mundial tal (economia, desenvolvimento, conflitos, meio ambiente,...), que as influências fazem-se sentir directamente na vida de cada ser humano.

Esta ordem mundial impõe-nos uma situação em que o número de pessoas com fome aumentou de 840 para 854 milhões em 2006, enquanto um pequeno grupo de milionários duplicou o seu capital de 16.000 para 33.000 milhões de dólares!

A solução para este problema global implica uma mudança radical no sistema político-social-económico, que permita a construção de sociedades justas e solidárias que propugnem por um desenvolvimento sustentado e sustentável e por regras justas no comércio internacional. No fundo, uma sociedade que concretize, a cada dia a Soberania Alimentar dos Povos, Países e Regiões do Mundo!



## Vai de mau para ainda pior o PDR, Programa de Desenvolvimento Rural

O MADRP e o Governo entregaram a “sua” proposta de PDR, Programa de Desenvolvimento Rural, 2007 – 2013, para ser apreciada pela Comissão Europeia. Trata-se de uma versão revista a partir de uma outra anterior que esteve para “consulta pública” até 15 de Janeiro passado.

Ora, tendo em conta *o essencial constante na versão do PDR agora em causa, pode dizer-se que o MADRP não só manteve tudo aquilo que de mau já continha a anterior proposta como até a conseguiu piorar!... No contexto, MADRP e Governo não quiseram contemplar um vasto conjunto de outras propostas entretanto formuladas pelas Organizações Agro-Rurais.*

Salienta-se que, nesta última versão do PDR e comparativamente com a versão anterior, há uma redução de 97 milhões de Euros ao total do investimento público previsto. Ao mesmo tempo: - mantém uma forte discriminação negativa da Agricultura Familiar; medidas importantes como as Agro-Ambientais mantêm-se com um “corte” brutal; o Regadio do Alqueva continua sendo o grande objectivo do Programa com 533 milhões de Euros a ele destinados; mantêm-se toda uma linha de desvalorização, e mesmo de ataque, às Organizações Agro-Rurais, com a agravante de agora ter sido eliminado o chamado “aconselhamento florestal”; aumentam os níveis de auto-financiamento nos projectos, no acesso à informação e à formação profissional; várias disposições, tendem para transformar os Agricultores em meros produtores de matéria-prima (barata...) para a agro-indústria e para o comércio agro-alimentar.

Tal como a CNA sintetiza, este PDR do Governo é um verdadeiro anti-PDR... Será vital tentarmos minimizar os efeitos mais negativos que vai provocar na Agricultura Familiar e no Mundo Rural Português.

*Com base numa nota à Comunicação Social da Direcção Nacional da CNA*

## VIII Encontro da Lavoura Assembleia-Geral Eleitoral da ALDA

No dia 18 de Março, realizou-se o VIII Encontro da Lavoura/Assembleia-Geral Eleitoral da ALDA, na localidade de Eixo, em Aveiro.

No decorrer dos trabalhos foi aprovado um documento com um conjunto de reclamações concretas dos Agricultores de Aveiro e foram eleitos os novos Órgãos Sociais, para o triénio 2007-2010.

### Direcção

Presidente: Albino Almeida da Silva  
Tesoureiro: Bruno Miguel Alves Bento  
Secretário: Bruno Rodrigo Soares Lincho  
Vogais: António da Costa Maia e Silva  
Vogais: Maria José M. Rodrigues Pinho

### Assembleia Geral

Fernando Simões de Moura  
1º Secretário: Silvino Santos Tomás  
2º Secretário: Arménio Neves Silva

### Conselho Fiscal

João Silva e Sousa  
Constantino da Costa Simões  
Vitor Manuel Duarte Morais Ferreira



## NACIONAIS

### Dia 2

No Porto, JORNADAS EUROPEIAS DA EFFAT – Federação Europeia dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação e Afins, que tem sede em Bruxelas.

Pela CNA interveio Roberto Mileu, sobre os reflexos das Reformas da PAC na Agricultura Familiar.

### Dia 4

Feira do Vinho Medieval, em Ourém.  
Apresentação e discussão do PDR.  
Roberto Mileu representou a CNA.

### Dia 6

A FADL – Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria, foi recebida em Audição Parlamentar.

Questões como os problemas da Agricultura e do Mundo Rural e o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, foram alguns dos assuntos abordados.



### Dia 7

Suscitada pelo Partido Ecologista “Os Verdes”, realizou-se uma Interpelação ao Governo subordinada ao tema “Política para o desenvolvimento rural e agricultura”.

Nas Galerias estiveram, 11 pessoas das Associadas da CNA de Torres Vedras e Setúbal.

### Dia 9

Reunião da ALDA, com a Direcção Regional de Agricultura, sobre o Licenciamento das Vacarias.

### Dia 13

Reunião da ALDA na Câmara Municipal de Aveiro, sobre o Licenciamento das Vacarias.



### Dia 14 a 26

Apresentação/Discussão do PDR em Arraiolos, Monforte, Nisa, Fundão e Moura.  
Pela CNA esteve Roberto Mileu.

### Dia 19

A ADACB – Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco, realizou a sua Assembleia-Geral.

Pela CNA, Alfredo Campos, fez uma breve referência ao QREN, bem como às dificuldades que possam surgir relativamente ao novo PDR.

### Dia 25

Decorreram duas Assembleias-Gerais da CNA.

Uma primeira para apreciação e votação do plano de actividades para o ano de 2007 e para avaliar a actual situação da agricultura.

Uma segunda, onde se fez a apreciação e votação do relatório de actividades e da conta de gerência de 2006 e onde se apreciou e votou uma proposta de alteração aos estatutos.

### Dia 26

Reunião com Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo (a pedido da CNA), por causa da distribuição de propaganda do Congresso da CNA, em Dezembro passado.

Pela CNA, Eugénio Vitor e João Ribeiro.

### Dia 28

Reunião dos Agro-Rurais no MADRP.  
Pela CNA estiveram: Roberto Mileu, Madalena Rosa e Rita Carneiro.

### Dia 30

Reunião da Comissão de Acompanhamento do IFAP.

Pela CNA estiveram Alfredo Campos e João Filipe.

Em Vila Real de Trás-os-Montes, Seminário de Apresentação/Discussão do PDR.

Pela CNA esteve Roberto Mileu.

### FICHA TÉCNICA

Editor: Confederação Nacional da Agricultura – CNA • Morada: Rua do Brasil, 155 – 3030-175 COIMBRA • Telefone: 00351 239 70 89 60  
Fax: 00351 239 71 53 70 • E-mail: cna@cna.pt • URL: www.cna.pt • Director: João Dinis • Coordenador dos Serviços Agro-Rurais: Roberto Mileu • Coordenador Executivo: José Miguel • Fotos: Arquivo da CNA • Redactores do Caderno Técnico: José Miguel • Colaboradores neste número: Cristina Branco, João Vieira e Vanda Santos • Periodicidade: Bimestral • Tiragem: 10 000 exemplares • Depósito legal: 180302/02  
• Composição, Fotolitos e Impressão: AT-Loja Gráfica